



Um breve olhar sobre a história da Folha

O papel do jornal durante a ditadura militar

É difícil falar na história da Folha de S. Paulo sem se deixar influenciar pela cronologia toda elogios publicada na própria versão online do jornal. Ela parece, de fato, razoavelmente completa e mostra de forma rápida e instrutiva fatos que o público leitor em

geral consideraria os mais relevantes na (longa) história da Folha. Faço aqui uma modesta tentativa de selecionar alguns desses fatos como "os mais dentre os mais" relevantes e acrescentar outros, controversos, que não integram a "versão oficial": afinal, como diz o famoso comercial da Folha sobre Hitler (veiculado em 1987), "é possível contar um monte de mentiras dizendo só a verdade".

Folha da Noite e Folha da Manhã

Fundada em 19 de feve-

eiro de 1921 pelos sócios Olival Costa e Pedro Cunha, jornalistas de "O Estado de S. Paulo", a "Folha da Noite" é impressa e distribuída pela atual concorrente até 1925. Nesse ano, muda-se para um casarão na Rua do Carmo, onde é instalada uma

"E hoje você vê esses anúncios da Folha (...) que parece que ela, nos anos de chumbo, sofreu muito, mas ela não sofreu nada"

(Mino Carta)

rotativa Koenig Bauer de segunda-mão. Em julho, é criada a "Folha da Manhã", edição matutina do jornal.

Segundo Mauricio Puls, a Folha se auto-

incumbe da missão de "fiscalizar o governo", o que se manifesta na defesa do voto secreto, do direito às férias e da regulamentação do trabalho dos menores nas fábricas, para citar alguns exemplos. O jornal mostra-se também simpático ao movimento tenentista, tendo sua circulação proibida de 3 a 31 de dezembro de 1924.

Com a saída de Pedro Cunha em 1929, Olival Costa

manifesta de forma ostensiva seu apoio à oligarquia do café de São Paulo e à candidatura do paulista Júlio Prestes (PRP) à Presidência.

“Político derrotado nas urnas, pensa que vencerá pelas armas”



A clara tomada de posição da Folha contra Getúlio Vargas motiva a multidão que comemora a deposição de Washington Luís a, na noite de 24 de outubro de 1930, destruir as instalações do jornal. A Folha pára de cir-

cular até 15 de janeiro de 1931, quando é comprada pelo cafeicultor Octaviano Alves de Lima.

Sob o controle de Octaviano, o jornal passa a defender escancaradamente os interesses da lavoura cafeeira, instalando sucursais no interior. A tiragem das Folhas aumenta de 15 mil para 80 mil exemplares diários.

Em 1932, após a Revolução Constitucionalista, “para libertar o Brasil de um grupo que se instalara no poder empenhado em desfrutá-lo”.

Em 1945, ainda opondo-se a Getúlio, Octaviano decide vender o jornal para José Nabantino Ramos, por considerar “inútil o trabalho e insana a espera”. Nabantino assume a empresa com o compromisso de manter “absoluta imparcialidade em relação a partidos e intransigente defesa do interesse público”.

Ao longo de sua gestão, o jornal assume uma postura desenvolvimentista (favorável, por exemplo, à

construção da nova capital), mas contrária ao comunismo e ao populismo. É Nabantino o responsável pela construção da nova sede entre as ruas Barão de Limeira e Barão de Campinas que, em 1953, passa a abrigar todas as instalações da Folha.

A “Folha da Tarde” é lançada em 1949 e, em 1960, as três “Folhas” se fundem em um único jornal, a “Folha de S. Paulo”, nome pelo qual eram conhecidas no interior.

Nova mudança

Motivado por restrições financeiras e uma greve no jornal, Nabantino vende a Folha, em agosto de 1962, aos empresários Octavio Frias de Oliveira e Carlos Caldeira Filho.

O jornal após o movimento militar que depõe o governo de João Goulart, em 1964. Editoriais levantando questões como “por que haveriam os comunistas de dominar o Brasil e dar o tom da política nacional?” e

manchetes contra o “perigo comunista” e “a corrupção e a subversão” influenciam a classe média.

O jornalista Mino Carta recorda: “A mídia vinha invocando o golpe há tempos... Neste período, a Folha de S. Paulo não tinha o peso que adquiriu depois. Mas os jornais soltavam editoriais candentes implorando a intervenção militar para impedir o caos”. E diz mais: “A Folha de S. Paulo nunca foi censurada. Ela até emprestou as suas C-14 [veículo usado na distribuição do jornal] para recolher os torturados ou pessoas que iriam ser torturadas na OBAN (Operação Bandeirantes). Isso está mais do que provado. É uma das obras-primas da Folha... E hoje você vê esses anúncios da Folha, o jornal desse menino idiota chamado Otavinho, que parece que ela, nos anos de chumbo, sofreu muito, mas ela não sofreu nada.” Ainda segundo Mino, quem sofreu foram “O Estado de S. Paulo” e o “Jornal da Tarde”, obrigados a sub-

stituir artigos proibidos por poemas de Camões e receitas de bolo.

O regime militar

Como afirma texto publicado em maio de 2000 no site do Instituto Gutenberg, "há muito exagero tanto entre os que acusam toda a imprensa de ser servil à ditadura militar e dela beneficiar-se para prosperar durante o chamado 'milagre econômico' dos anos 70, como também inflam os fatos aqueles que, baseados na resistência ativa de alguns meios de comunicação, generalizam um heroísmo que foi parcial e até desproporcional ao poder de pressão da mídia."

Dito isso, é preciso comentar a conivência da Folha com atos de repressão violenta cometidos durante os anos de chumbo, notadamente com a Operação Bandeirantes, um centro de tortura e assassinato de militantes da esquerda. Em setembro de 1971 (durante o governo Médici, o mais

duro do regime militar), militantes da ALN (Aliança Nacional Libertadora) queimam camionetes da Folha e ameaçam matar Octavio Frias de Oliveira, revoltados com as manchetes publicadas na "Folha da Tarde" (que volta a circular em 1967) e com a suposta montagem de um serviço de transporte para a repressão política (do qual as camionetes seriam instrumento).

Ora, a "Folha da Tarde" publica títulos como "Lamarca, o louco, é o último chefe do terror" e notícia, em abril de 1971, a morte de Joaquim Seixas, o Roque, militante do MRT, em tiroteio com a polícia, um dia antes da ocorrência do falecimento. Beatriz Kushnir analisa o episódio em sua tese de doutorado, publicada no livro "Cães de Guarda - jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988":

"Roque era o codinome do metalúrgico Joaquim Seixas, que havia sido preso com o filho Ivan Seixas, hoje jornalista. Os dois eram mili-

tantes do MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), e tinham sido acusados de matar o industrial Henning Boilesen, um dos financiadores da OBAN. Foram presos e torturados. Num certo dia, Ivan foi levado pelos policiais para um 'passeio' fora da OBAN e leu em uma banca de jornal a notícia da morte do pai. Quando voltou do 'passeio' ainda encontrou seu pai vivo. Joaquim Seixas viria a morrer horas depois. Os jornais do dia seguinte reproduziram friamente a nota oficial dos órgãos de repressão, mas a FT havia publicado a notícia um dia antes, com detalhes. Muitos atribuem à FT a legalização de mortes em tortura."

Tal tese é veementemente refutada por Antônio Aggio Jr., que foi editor-chefe da "Folha da Tarde" por 15 anos, no artigo "Teses mentirosas de Beatriz Kushnir denigrem a História". Ele se refere aos militantes esquerdistas como "terroristas" e define o livro de Kushnir como "pestilento".



Em resposta a uma coluna da jornalista Bárbara Gancia na Folha, que acusa a TV Globo de apoiar o regime militar, o diretor de jornalismo da emissora, Evandro Carlos de Andrade, retruca:

"Aproveito para recomendar que procure saber um pouco da história da Folha de S. Paulo, empresa apenas comercial que prosperou extraordinariamente durante a ditadura, não graças à receptividade do público e à qualidade do que produziu, mas sim e apenas em retribuição ao incondicional apoio dado por esse jornal ao regime militar. A senhora por acaso já se interessou por saber a causa de,

naquele tempo, serem queimadas as Kombis da Folha?" (20/01/2000).

Em seu livro "Notícias do Planalto", Mário Sérgio Conti pondera que "até o final de 1968, as organizações terroristas de esquerda destacaram alguns de seus militantes jornalistas para trabalhar na Folha... No início dos anos 70 foi a vez de policiais dos órgãos de informação da ditadura se asenhorearem do jornal".

Em 1977, a Folha obedece às ordens do general Hugo de Abreu, ministro-chefe do Gabinete Militar da Presidência, que pede o afastamento do escritor Lourenço Diaféria, detido após a publicação da crônica "Herói. Morto. Nós.", considerada ofensiva pelo Exército.

No seu livro "O outro lado do poder", Hugo de Abreu conta: "Telefonei para o doutor Octavio Frias e ele disse: 'Meu general, estou aqui de mão na pala, fazendo continência'".